DOI: https://doi.org/10.5007/1807-0221.2026.e107680

Extensio UFSC Revista Eletrônica de Extensão

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM CONTEXTO HOSPITALAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM EXTENSÃO

Bruno Rangel Barbosa
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
brunorbpsi@gmail.com

Laura Bittencourt dos Santos
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
psilaurabittencourts@gmail.com

Joana Corrêa de Magalhães Narvaez
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
jcmnarvaez@ufcspa.edu.br

Adriane Gonçalves Salle
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
asalle@hcpa.edu.br

Rita Gigliola Gomes Prieb
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rprieb@hcpa.edu.br

Gabriela Peretti Wagner
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
gabrielapw@ufcspa.edu.br

Resumo
Este relato de experiência tem como objetivo descrever e analisar as atividades do projeto de extensão "Avaliação Neuropsicológica no SUS: Interlocução de Saberes e Práticas junto ao Serviço de Psicologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)", desenvolvido em articulação com a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Trata-se de um relato descritivo-reflexivo, de enfoque qualitativo, baseado na vivência extensionista e na consulta a dados de prontuários, documentos institucionais e documentos de avaliações psicológicas, incluindo laudos, com apoio de informações quantitativas descritivas referentes a 2023 e 2024. São examinados o fluxo de encaminhamentos, o planejamento, os instrumentos e a supervisão, bem como os desfechos, os produtos e as dificuldades institucionais. Foram iniciadas 11 avaliações psicológicas, das quais oito foram concluídas, envolvendo sete crianças e um adulto. A experiência evidencia a contribuição da avaliação psicológica para o cuidado interdisciplinar, o planejamento de intervenções e o acesso a direitos, ao mesmo tempo que destaca limites operacionais, como interrupções de atendimento e restrições relativas ao acervo de instrumentos.
Palavras-chave: Psicometria. Ambulatório Hospitalar. Entrevista Psicológica. Prática Psicológica. Relações Comunidade-Instituição.

PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT IN A HOSPITAL SETTING: AN EXTENSION EXPERIENCE REPORT

Abstract
This experience report aims to describe and analyze the activities of the extension project "Neuropsychological Assessment in Brazil's Unified Health System (SUS): Dialogue between Knowledge and Practices within the Psychology Service of Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)," developed in cooperation with the Federal University of Health Sciences of Porto Alegre. It is a descriptive and reflective account with a qualitative focus, based on the extension participant's experience and on information from patient records, institutional documents, and psychological assessment materials, including reports, supplemented by descriptive quantitative information from 2023 to 2024. Referral pathways, assessment planning, instruments, supervision, outcomes, project products, and institutional challenges are discussed. Eleven psychological assessments were initiated and eight were completed, involving seven children and one adult. The experience highlights the role of psychological assessment in interdisciplinary care, intervention planning, and access to rights, while acknowledging operational constraints, including interruptions in care and limitations affecting the assessment instruments available.
Keywords: Psychometry. Hospital Outpatient Clinic. Psychological Interview. Psychological Practice. Community-Institution Relationships.

Esta obra está licenciada sob uma Licença CreativeCommons.

EVALUACIÓN PSICOLÓGICA EN CONTEXTO HOSPITALARIO: RELATO DE EXPERIENCIA EN EXTENSIÓN

Resumen
Este relato de experiencia tiene como objetivo describir y analizar las actividades del proyecto de extensión "Evaluación Neuropsicológica en el Sistema Único de Salud (SUS): Interlocución de Saberes y Prácticas junto al Servicio de Psicología del Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)", desarrollado en colaboración con la Universidad Federal de Ciencias de la Salud de Porto Alegre. Se trata de un relato descriptivo-reflexivo, de enfoque cualitativo, basado en la experiencia extensionista y en información de historias clínicas, documentos institucionales y documentos de evaluación psicológica, incluidos los informes, complementada con información cuantitativa descriptiva correspondiente a 2023 y 2024. Se analizan las derivaciones, la planificación de las evaluaciones, los instrumentos, la supervisión, los resultados, los productos del proyecto y los desafíos institucionales. Se iniciaron 11 evaluaciones psicológicas y se completaron ocho, correspondientes a siete niños y una persona adulta. La experiencia destaca la contribución de la evaluación psicológica a la atención interdisciplinaria, a la planificación de intervenciones y al acceso a derechos, así como las limitaciones operativas relacionadas con la interrupción de atenciones y el acervo de instrumentos.
Palabras clave: Psicometría. Consultorio Hospitalario. Entrevista Psicológica. Práctica Psicológica. Relaciones Comunidad-Institución.

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência deriva da vivência em um projeto de extensão, o qual envolve as avaliações psicológicas realizadas no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) entre os anos de 2023 e 2024. A proposta teve início em 2022 e, durante este período, o projeto era intitulado "Avaliação Neuropsicológica no SUS: interlocução de saberes e práticas junto ao Serviço de Psicologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)". A proposta original estava ancorada em um dos princípios básicos norteadores das atividades extensionistas, a prestação de serviços, portanto, visou contribuir para preencher a lacuna existente na oferta de serviços públicos para a avaliação neuropsicológica de pacientes pediátricos no estado do Rio Grande do Sul, estendendo-se também a adultos com queixas cognitivas e comportamentais. Tal prestação de serviços é determinada como um produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social (FORPROEX, 1987).

Especificamente, a iniciativa visou suprir a demanda por avaliação psicológica no Sistema Único de Saúde (SUS), onde, apesar de não ser uma prerrogativa, a prática é indispensável ao diagnóstico ampliado, diferencial e planejamento terapêutico. Deste modo, a proposta de extensão partiu de uma necessidade da comunidade externa à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), no caso tanto o Serviço de Psicologia do HCPA (SP/HCPA) quanto o público de usuários do SUS. Essa conexão de colaboração entre uma Universidade Pública e um hospital é oriunda da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 1987) que, ao longo dos anos, por meio do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, discute e estabelece diretrizes sobre a interconexão de saberes entre os estudantes do ensino superior e a sociedade na qual estão inseridos. Assim, sob a influência das ideias de Paulo Freire (1992), a Extensão Universitária foi definida como uma ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular, sendo a população percebida como sujeito da ação extensionista e não como objeto de estudo (NOGUEIRA, 2005).

Salienta-se que a definição de Extensão é ancorada no princípio constitucional da indissociabilidade entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político (NOGUEIRA, 2000). O movimento de priorização da Extensão Universitária em vários programas e investimentos do Governo Federal, como o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXT), desenvolvido no âmbito do

Ministério da Educação e Cultura (MEC), objetiva implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico e estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmico e popular. Além disso, esta proposta busca contribuir com alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS - ONU, 2015) - como a ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), a ODS 4 (Educação de Qualidade) e a ODS 10 (Redução das Desigualdades).

A literatura aponta a ampliação dos instrumentos, dos campos de aplicação e da produção científica em avaliação psicológica, evidenciando sua importância para a formação e a atuação profissional (AZEVÊDO; CREPALDI, 2016). No contexto hospitalar, a avaliação subsidia a compreensão integral do paciente e as decisões compartilhadas da equipe multiprofissional (PRIMI, 2010). Contudo, a oferta restrita de avaliações especializadas no SUS, sobretudo diante de queixas do neurodesenvolvimento e de necessidades relacionadas ao acesso a direitos, constitui uma dificuldade concreta para os serviços e seus usuários. Diante dessa problemática, o objetivo deste artigo é descrever e analisar a experiência de extensão no ambulatório do HCPA entre 2023 e 2024, sistematizando a organização do processo avaliativo — encaminhamentos, planejamento, instrumentos, supervisão e devolutivas —, seus resultados e produtos, os desafios institucionais e sua relação com a literatura de avaliação psicológica hospitalar e de extensão universitária.

Em hospitais gerais de alta complexidade, a avaliação psicológica oferece subsídios para a formulação de hipóteses diagnósticas, o diagnóstico diferencial, o planejamento terapêutico, as estratégias de adesão, a análise do prognóstico e a articulação com a rede familiar e social (CFP, Resolução nº 007/2003; LOPES; AMORIM, 2004). O psicodiagnóstico pode também favorecer a compreensão familiar e o autocuidado, especialmente entre usuários que dispõem de poucas oportunidades de acesso a esse tipo de atendimento (STENZEL; PARANHOS; FERREIRA, 2012). No HCPA, a complexidade dos casos encaminhados exige que a precisão técnica dialogue com as condições reais de atendimento e com o trabalho multiprofissional. Ademais, há ocorrência de populações e condições de cuidado distintas das encontradas em hospitais de alta complexidade, o que pode limitar a transposição direta de protocolos e interpretações (DALL'AGNOL; CASTAN; NARVAEZ, 2020; DUARTE et al., 2014; MIRANDA; TARASCONI; SCORTEGAGNA, 2003). Essa tensão entre demanda assistencial, formação acadêmica e conhecimento disponível ajuda a compreender a pertinência do projeto de extensão e fundamenta os eixos examinados neste relato.

MATERIAIS E MÉTODOS

DELINEAMENTO DO RELATO E SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Este trabalho consiste em um relato de experiência descritivo-reflexivo, de abordagem qualitativa, referente às atividades extensionistas desenvolvidas no Serviço de Psicologia do HCPA entre 2023 e 2024. O foco analítico é a experiência de organização e execução da avaliação psicológica no ambulatório hospitalar, e não a comparação entre grupos de pacientes ou a mensuração de eficácia clínica. Como apoio à descrição, apresentam-se quantitativos relativos aos encaminhamentos e à conclusão de processos, sem análise estatística inferencial.

A sistematização foi construída a partir da vivência do extensionista nos atendimentos, no planejamento, nas supervisões e nas devolutivas, complementada pela consulta a informações disponíveis nos prontuários dos pacientes acompanhados, a documentos institucionais relacionados à execução do projeto e a documentos produzidos nos processos de avaliação psicológica, incluindo laudos. Essas fontes foram utilizadas para descrever os encaminhamentos, as demandas, o percurso dos atendimentos e os desfechos, articulando-se os registros documentais à experiência de campo. As informações foram organizadas de modo descritivo e interpretadas qualitativamente à luz da literatura, em quatro eixos: (1) contexto institucional, encaminhamentos e protocolo de avaliação; (2) técnicas, instrumentos e supervisões; (3) atividades realizadas, desfechos e produtos; e (4) desafios e contribuições da experiência. Não são apresentados casos individualizados nem informações que permitam identificar os pacientes; os dados clínicos são expostos de modo agregado.

Para distinguir o método de elaboração deste relato das práticas assistenciais, a sequência das entrevistas, a escolha dos instrumentos e os procedimentos de devolutiva são apresentados a seguir como características do funcionamento do projeto. Os resultados se concentram no conjunto de atividades efetivamente realizado e em sua interpretação crítica.

CONTEXTO E FUNCIONAMENTO DO PROJETO DE EXTENSÃO

As avaliações psicológicas foram realizadas no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), em sua maior parte no ambulatório de pediatria, seguindo um cronograma fixo e protocolos definidos, prioritariamente, em dois horários em que as salas do ambulatório estavam disponíveis. Alguns atendimentos ocorreram no espaço do Serviço de Psicologia (SP). Contudo, as consultas no setor eram limitadas em decorrência tanto de horários, quanto de salas disponíveis. Assim, ao longo do ano de execução do projeto, foram contemplados cerca de onze pacientes que estavam na fila de espera para avaliação psicológica, solicitada pelos profissionais da equipe

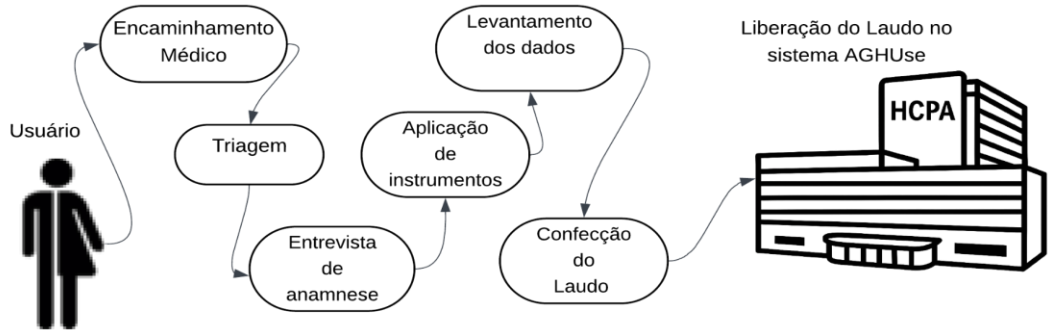
multidisciplinar das especialidades do HCPA em pedido de consultoria ao SP/HCPA. As avaliações ocorreram em 4 a 6 sessões, dependendo da complexidade do caso, da resposta dos pacientes e da condição da família comparecer (por questões financeiras e/ou de transportes).

No ambulatório hospitalar, as avaliações obedeceram a dois tipos de formato, conforme o tipo de encaminhamento: consultoria e para fins de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O primeiro tipo tinha um caráter mais abrangente, avaliando os aspectos psicodinâmicos e cognitivos diversos, conforme a demanda de encaminhamento e as queixas dos pacientes. Já o segundo tinha uma abordagem voltada para as diretrizes do protocolo de isenção (BRASIL, 2017), normalmente levando menos tempo para a conclusão. O formato IPI, está relacionado a um benefício previsto na Lei nº 14.287, de 2021, o qual dispõe que pessoas com deficiência mental severa ou profunda ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem obter a isenção de impostos (BRASIL, 2021). Nestes casos, é requisito respeitar os critérios previstos tanto pela Classificação Internacional de Doenças (CID) em vigor, a partir de sua 10ª revisão, quanto pelo Laudo de Avaliação para Isenção de IPI, emitido pela Receita Federal. Para deficiência mental, os critérios são rígidos e estão atrelados ao QI do paciente, inferior a 40 (OMS, 2017). Os critérios propostos para o TEA são baseados em observância do funcionamento adaptativo, discriminando apenas a idade de surgimento dos sintomas em Transtorno Autista (F84.0) e Autismo Atípico (F84.1), quando os sintomas surgem após os 3 anos de idade. Para os dois tipos de Laudos de Avaliação (TEA e DI) serem devidamente validados na plataforma da receita federal, devem ser atestados por profissionais da saúde vinculados a instituições públicas (como é caso do HCPA), sendo eles um da área da medicina e o outro, necessariamente, um psicólogo. Tal avaliação, atende, portanto, uma frente de promoção de cidadania e garantia de direitos humanos aos usuários do SUS.

O projeto foi estruturado para realizar avaliações individuais dos pacientes, incluindo no processo seus familiares e redes estendidas, encaminhados pelos ambulatórios de Psiquiatria Infantil, Neuropediatria, Pediatria e outras especialidades médicas do HCPA. Foram definidos os protocolos e planos de avaliação com base nas informações coletadas durante a entrevista inicial com os responsáveis das crianças. As avaliações psicológicas realizadas são planejadas juntamente com as psicólogas supervisoras, de acordo com a demanda apresentada no momento pelos pacientes. As entrevistas de devolução ocorrem aproximadamente quinze dias após a finalização do processo de avaliação psicológica. Ademais, os pacientes têm acesso aos laudos e através deles a direitos que promovem mais igualdade e consideram suas especificidades tanto no âmbito da saúde através do plano terapêutico singular, como na educação, através dos ajustes necessários para a promoção do desenvolvimento integral. As atividades foram realizadas por extensionistas

acadêmicos de Psicologia, no município de Porto Alegre/RS. A execução do projeto conta com apoio e acompanhamento de psicólogas vinculadas ao HCPA e também à UFCSPA.

Figura 1 – Fluxograma do processo de avaliação psicológica.



Fonte: Modificado de Dall'Agnol, Castan e Narvaez, 2020.

INSTRUMENTOS, TÉCNICAS E SUPERVISÃO

Os instrumentos e técnicas utilizados consistem nos materiais disponíveis no acervo de testes psicológicos do SP/HCPA. Foram utilizados tanto instrumentos aprovados pelo SATEPSI (Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos) (CFP, 2022) como técnicas complementares. Destaca-se que o acervo de instrumentos apresenta uma diversidade de materiais, algo pouco comum na avaliação psicológica em espaços de saúde pública. Os procedimentos de avaliação psicológica são realizados inteiramente com os instrumentos disponíveis no acervo do hospital.

Dentre os instrumentos utilizados, destaca-se: o HTP (TARDIVO ET. AL., 2024); CAT-H (BELLAK, 2016); as Pirâmides Coloridas de Pfister (VILLEMOR-AMARAL, 2012); e, as Escalas Wechsler, incluindo WAIS-III (WECHSLER, 2004), WISC-IV (WECHSLER, 2013) e WASI (WECHSLER, 2014). Dentre as técnicas, foram realizadas entrevistas de triagem (TAVARES, 2000), entrevistas de anamnese (SILVA; BANDEIRA, 2016), entrevistas iniciais e entrevistas de devolução (HUTZ, BANDEIRA E TRENTINI, 2015). Em algumas situações, fez-se uso de técnicas complementares, como a MTA-SNAP-IV (MATTOS ET AL., 2006), a M-CHAT (LOSAPIO & PONDÉ, 2008) e a CARS (PEREIRA ET AL., 2008).

A partir da entrevista de anamnese, o extensionista, juntamente com as psicólogas supervisoras acadêmicas, começa a planejar o plano de avaliação, definindo os instrumentos e técnicas mais adequados para cada caso. Esse processo envolveu não apenas a análise técnica das demandas, mas também a adaptação do atendimento às especificidades individuais e contextuais dos pacientes, buscando integrar os aspectos cognitivos, emocionais e psicossociais na formulação das hipóteses diagnósticas, considerando as informações do prontuário, o relato de triagem,

congregando as informações dos diversos atores envolvidos (equipe, família, escola, comunidade) e as percepções obtidas pelo extensionista.

As supervisões semanais foram essenciais na formação do extensionista, alinhando-se à perspectiva de Gonçalves (2000) ao equilibrar a troca de conhecimento com a reflexão crítica. Na prática, isso se traduziu em discussões colaborativas para planejar os casos, orientar a interpretação dos resultados, promover debates éticos e metodológicos, e indicar leituras para o aperfeiçoamento contínuo do aprendizado. A interlocução dos saberes, conforme propõe o título do projeto, manifesta-se de forma constante e necessária, evidenciando-se ao longo de sua execução e corroborando seu caráter extensionista, na medida em que promove a articulação entre os saberes acadêmicos e os contextos práticos (FORPROEX, 1987). Sugere-se, entretanto, o aprimoramento dessa interlocução por meio da inclusão explícita do hospital parceiro e da população atendida como sujeitos ativos no processo dialógico, de modo a fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e ampliar o impacto social da iniciativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ENCAMINHAMENTOS, DEMANDAS E DESFECHOS

No período considerado, foram iniciados 11 processos de avaliação psicológica, seguindo o fluxo de encaminhamento do SP/HCPA sintetizado na Figura 1. Dois processos foram descontinuados após quatro encontros porque não havia adulto responsável disponível para acompanhar os pacientes ao hospital, e um foi interrompido após a entrevista de anamnese em razão de disputa de guarda e ausência de consenso entre os responsáveis. Concluíram-se oito avaliações, referentes a sete crianças e um adulto. Os produtos e encaminhamentos decorrentes dos processos concluídos incluíram laudos psicológicos, esclarecimentos diagnósticos, recomendações terapêuticas e educacionais e, quando pertinente, subsídios para acesso a políticas públicas e recursos sociais. Esses desfechos exemplificam a função assistencial e social do psicodiagnóstico, sem permitir, por si só, inferir efeitos individuais de longo prazo.

Entre os 11 encaminhamentos, quatro focalizavam principalmente dificuldades de aprendizagem, cinco envolviam investigação de deficiência intelectual (DI) e dois se relacionavam à investigação de transtorno do espectro autista (TEA). Em dois casos — um relacionado à DI e outro ao TEA —, havia demanda específica de avaliação para fins de isenção de IPI. A caracterização de cada encaminhamento e do tipo de avaliação consta no Quadro 1. Cada processo avaliativo demandou, em média, aproximadamente 30 horas de trabalho, considerando atendimentos, análise dos resultados, supervisões e estudos complementares. Além disso, a carga

horária total cumprida pelo bolsista no projeto de extensão ao longo de 2023 correspondeu a aproximadamente 1.040 horas, abrangendo o conjunto das atividades extensionistas desenvolvidas, não se restringindo às avaliações psicológicas realizadas.

As demandas encaminhadas ao Serviço de Psicologia do HCPA geralmente são indicadas por equipes que buscam consultoria especializada para confirmar diagnósticos observáveis ou investigar prejuízos comórbidos, não necessariamente ligados à saúde mental. Os pacientes, majoritariamente crianças com queixas como dificuldades de aprendizagem, socialização, manejo parental e suspeitas de TEA, TDAH e deficiências intelectuais, refletem a complexidade da avaliação psicológica nesse contexto. Baseado em um modelo compreensivo, o psicodiagnóstico não se limita a enquadrar o indivíduo em uma síndrome, mas busca compreender a dinâmica da personalidade e sua etiologia, considerando indicadores patológicos como guias para uma escuta ampliada e sensível às redes de experiências e ao contexto biopsicossocial do paciente (VAN KOLCK, 1984; ORTIGUES & ORTIGUES, 2000; STENZEL, PARANHOS & FERREIRA, 2012). Nesse processo, o psicólogo tem o papel de comunicar diagnósticos que promovam uma compreensão integral, analisando não apenas sintomas, mas também o impacto desses transtornos na rotina escolar, nas interações sociais e na dinâmica familiar, oferecendo orientações práticas aos cuidadores. Assim, a demanda por atendimento psicológico no HCPA exige intervenções que vão além do diagnóstico, utilizando um enfoque multidimensional que permita à equipe multidisciplinar e à família colaborar para o desenvolvimento do paciente e a melhoria de sua qualidade de vida considerando suas inserções em outras redes comunitárias.

Quadro 1 - Caracterização de pacientes e demandas

Idade (Anos)	**Gênero**	**Demanda**	**Tipo de avaliação**
14	M	Suspeita de DI/ Dificuldades escolares	Consultoria
12	M	Dificuldades escolares /Suspeita de TDAH	Consultoria
7	F	Suspeita de DI/ Busca do Benefício	IPI
11	F	Dificuldades escolares e comportamentais/ Suspeita de TDAH	Consultoria
6	M	Suspeita de TEA / Busca do Benefício	IPI

Idade (Anos)	Gênero	Demanda	Tipo de avaliação
18	M	Suspeita de TEA / Dificuldades no desenvolvimento	Consultoria
16	F	Suspeita de DI / Dificuldades escolares e comportamentais	Consultoria*
11	F	Suspeita de DI / Provável comorbidade de doença genética	Consultoria
16	F	Suspeita de DI / Provável comorbidade de doença genética	Consultoria*
13	M	Dificuldades escolares e comportamentais/ Suspeita de DI	Consultoria
12	M	Dificuldades escolares e comportamentais/ Suspeita de DI	Consultoria*

Legenda: *Avaliações interrompidas; F = feminino; M = masculino DI = deficiência intelectual; TEA = transtorno do espectro autista; TDAH = transtorno do déficit de atenção / hiperatividade.
Fonte: Elaborado pelos autores.

PROCESSO AVALIATIVO, DEVOLUTIVAS E PRODUTOS

Os encaminhamentos partiram majoritariamente de especialidades médicas, incluindo a neuropediatria, e envolveram dificuldades de aprendizagem, questões comportamentais e hipóteses diagnósticas relacionadas ao neurodesenvolvimento. A sobreposição de manifestações clínicas entre deficiência intelectual e transtorno do espectro autista exige investigação abrangente e integração de informações de diferentes contextos (TOTSIKA et al., 2011). Nesse cenário, a avaliação psicológica contribuiu para organizar hipóteses e orientar recomendações que pudessem ser compartilhadas entre a equipe de saúde, as famílias e a escola. Como este artigo não apresenta resultados clínicos individualizados nem a distribuição de diagnósticos confirmados, sua análise se concentra no processo de avaliação e nos produtos assistenciais relatados.

Os processos de avaliação realizados estenderam-se, em média, por seis sessões, conforme a complexidade e as condições de comparecimento, com emprego de instrumentos adequados às demandas e às condições de uso no contexto brasileiro. Entre os recursos mencionados na experiência estão HTP (TARDIVO et al., 2024), WISC-IV (WECHSLER, 2013), Neupsilin (FONSECA et al., 2009), Figuras Complexas de Rey (OLIVEIRA; RIGONI, 2014) e TDE-II (STEIN et al., 2019), além das técnicas de entrevista e dos instrumentos descritos na seção metodológica. A interpretação foi construída pela integração das fontes disponíveis, sob

supervisão, em vez da consideração isolada de escores de testes. Essa organização converge com a perspectiva de uma avaliação abrangente e orientada às decisões clínicas e às demandas do serviço (DALL'AGNOL; CASTAN; NARVAEZ, 2020).

As entrevistas de devolução foram conduzidas com atenção aos aspectos éticos e clínicos. Os laudos foram inseridos no sistema interno do hospital (AGHUse), com acesso regulado aos dados de saúde segundo as diretrizes institucionais e a Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018). Os extensionistas acessavam os prontuários vinculados aos atendimentos sob sua responsabilidade. Além do esclarecimento diagnóstico, a devolutiva permitiu comunicar recomendações e orientar a continuidade do cuidado; assim, o produto escrito da avaliação integrou o trabalho interdisciplinar e as relações com os serviços e as redes de apoio dos usuários.

Na etapa clínica de interpretação, os resultados dos instrumentos, os dados de entrevista e as observações foram examinados à luz das características e das queixas dos pacientes, considerando referenciais diagnósticos utilizados durante a experiência, como o DSM-5 (APA, 2014) e a CID-10 (OMS, 2017). O processo foi discutido com três psicólogas supervisoras — uma vinculada ao Serviço de Psicologia do HCPA e duas ao curso de Psicologia da UFCSPA — e incorporou a aprendizagem progressiva do extensionista. As recomendações dos laudos buscaram subsidiar o plano terapêutico e o acesso a medidas de saúde, educação e cidadania. A disponibilização dos documentos pelo aplicativo Meu HCPA, integrado ao sistema AGHUse, favoreceu o acesso dos pacientes à informação e sua utilização no contato com outros serviços.

A execução do projeto também incluiu atividades de disseminação do conhecimento. Foi planejada uma cartilha destinada à comunidade, sobre demandas recorrentes identificadas no atendimento, cuja elaboração ainda estava em andamento no período descrito. Houve, ainda, apresentação da experiência em eventos científicos da universidade em 2023 e 2024, com divulgação de resultados e reflexões sobre a avaliação psicológica em ambulatório hospitalar. Esses produtos ampliaram a interlocução entre universidade, serviço de saúde e comunidade, ainda que a circulação da cartilha não estivesse concluída.

DESAFIOS OPERACIONAIS E ADAPTAÇÕES DO PROJETO

Cabe salientar que o período de vigência da experiência contida neste relato coincide com uma das piores sequências de mudanças climáticas do Rio Grande do Sul, marcada por enchentes que iniciaram em setembro de 2023, e culminaram com a grande enchente de maio de 2024. Durante os períodos críticos dessas tragédias, não só o Serviço de Psicologia, mas também todo o HCPA foi impactado com a suspensão temporária de atividades não essenciais - duas semanas em setembro de 2023, e todo o mês de maio de 2024. O acesso ao serviço passou por dificuldades,

uma vez que estradas foram bloqueadas e diversos veículos que transportavam os pacientes de outras cidades foram perdidos. Esses fatores, além das faltas decorrentes de dificuldades financeiras, impactaram no comparecimento dos pacientes e no andamento do projeto.

Outro aspecto diz respeito ao acervo de instrumentos disponíveis para a utilização nas avaliações dos pacientes. Comparado a outros acervos de instrumentos de instituições públicas, o acervo do SP/HCPA é bastante diversificado, contemplando demandas cognitivas, comportamentais e emocionais. Contudo, no período de execução deste projeto, os estudos de validade e/ou normativos de muitos instrumentos expiraram e não puderam ser renovados. Embora tenha sido possível a realização das avaliações, alguns instrumentos psicológicos importantes ou não estavam disponíveis, ou estavam com o período de validade desfavorável, conforme normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2022).

Durante a experiência, o projeto passou a adotar o título "Psicodiagnóstico no SUS: interlocução de saberes e práticas junto ao Serviço de Psicologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)". A mudança expressou a ampliação do foco inicial e a busca por maior adequação às demandas clínicas e sociais dos usuários e à disponibilidade de recursos hospitalares. Os laudos e as orientações produzidos foram disponibilizados às famílias, com recomendações de compartilhamento com profissionais de saúde externos ao hospital e com a rede escolar quando pertinente. A variedade do acervo de testes do SP/HCPA favoreceu avaliações abrangentes, mas as restrições de validade e atualização de parte dos instrumentos impuseram adaptações às estratégias adotadas.

INTERLOCUÇÃO DE SABERES E CONTRIBUIÇÕES À PRÁTICA

A interlocução de saberes se expressou na discussão conjunta dos casos, no contato com serviços encaminhadores e nas orientações dirigidas às famílias. Conforme as diretrizes da extensão universitária, essa articulação ganha relevância quando a experiência da população e do serviço parceiro participa da produção de conhecimento, em vez de funcionar apenas como campo de aplicação de saberes acadêmicos (FORPROEX, 1987; NOGUEIRA, 2005). A experiência mostrou possibilidades de integração entre ensino, pesquisa e extensão, mas também a necessidade de ampliar, em iniciativas futuras, a participação explícita dos usuários na avaliação e no aperfeiçoamento das ações.

A avaliação psicológica pode oferecer subsídios para planos terapêuticos e educacionais mais individualizados (SCHNEIDER et al., 2020) e intervenções oportunas podem favorecer o manejo de dificuldades e o uso adequado dos recursos assistenciais (STOUT; COOK, 1999). Na infância e na adolescência, as características do desenvolvimento e a neuroplasticidade reforçam a

importância de compreender sinais e vulnerabilidades em seu contexto, sem reduzir a avaliação ao fechamento de categorias diagnósticas. No projeto relatado, esse fundamento orientou a leitura integrada das queixas cognitivas, emocionais, familiares e escolares e a elaboração de recomendações específicas; não foram, entretanto, coletados indicadores que permitam atribuir mudanças desenvolvimentais individuais às avaliações realizadas.

A análise de diferentes dimensões da vida do paciente, em articulação com a equipe de saúde, a família e a rede escolar, é compatível com práticas de saúde ampliada e pode qualificar a construção de projetos terapêuticos singulares (DALL'AGNOL; CASTAN; NARVAEZ, 2020; CASTAN; JUNGES; CUNEGATTO, 2015). Na experiência do HCPA, as entrevistas, a seleção de técnicas, a supervisão e a devolutiva se constituíram em espaços de circulação de informações e de construção de orientações. O relato evidencia essa organização do cuidado, mas não dispõe de acompanhamento longitudinal dos pacientes para avaliar os efeitos dessas orientações no desenvolvimento.

Ao conjugar critérios técnicos com escuta das necessidades relatadas, o psicodiagnóstico pode assumir função clínica, psicoeducativa e de promoção de autonomia. A experiência apresentada ilustra uma resposta extensionista a demandas especializadas do SUS e valoriza a cooperação entre universidade e hospital. Os dados disponíveis sustentam a descrição de processos, produtos e possibilidades de articulação institucional, sem autorizar afirmações causais sobre transformações subjetivas de pacientes e familiares não examinadas por acompanhamento específico. Essa delimitação não reduz a relevância da experiência; antes, distingue as contribuições observadas das repercussões que demandariam investigação futura.

As atividades relatadas guardam relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), sobretudo com o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), pelo apoio à identificação de dificuldades cognitivas e emocionais e ao planejamento da atenção; com o ODS 4 (Educação de Qualidade), pelas orientações às redes escolares; e com o ODS 10 (Redução das Desigualdades), pela ampliação de acesso a avaliações especializadas em uma população usuária do SUS. Essas articulações expressam o alcance potencial da iniciativa e não constituem medidas independentes de impacto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de extensão no ambulatório do HCPA permitiu descrever como a avaliação psicológica especializada foi organizada em colaboração entre universidade e serviço público de saúde. Os resultados apresentados — 11 processos iniciados, oito concluídos, protocolos

adaptados às demandas, supervisão sistemática e produção de laudos e orientações — respondem ao objetivo do artigo de caracterizar o percurso avaliativo, seus produtos e sua contribuição para a organização do cuidado interdisciplinar.

O relato evidencia que a relevância social da avaliação não se restringe à formulação diagnóstica: inclui comunicação de informações acessíveis às famílias, articulação com outras especialidades e possibilidade de subsidiar o acesso a direitos. Ao mesmo tempo, a experiência foi condicionada por interrupções associadas ao comparecimento, por eventos climáticos extremos e por limitações de atualização e disponibilidade de instrumentos. Esses obstáculos reforçam a importância de recursos institucionais, planejamento compartilhado e participação dos usuários na construção das ações extensionistas.

Por se tratar de relato descritivo de uma experiência localizada, sem acompanhamento longitudinal ou apresentação de resultados clínicos caso a caso, não é possível estabelecer efeitos causais sobre o desenvolvimento dos pacientes ou generalizar os desfechos. Como desdobramentos, recomenda-se qualificar o registro das atividades, fortalecer a participação das famílias e do hospital parceiro e acompanhar, quando eticamente cabível, a implementação das recomendações. A experiência reafirma a pertinência da articulação entre ensino, serviço e comunidade para ampliar o acesso à avaliação psicológica no SUS.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AZEVÊDO, A. V. DOS S.; CREPALDI, M. A. A Psicologia no hospital geral: aspectos históricos, conceituais e práticos. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 33, n. 4, p. 573–585, 2016.

BELLAK, L. **CAT-H: teste de apercepção infantil - figuras humanas**. São Paulo: Vetor, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.287, de 31 de dezembro de 2021. **Dispõe sobre a prorrogação da isenção do IPI na aquisição de automóveis e extensão do benefício a pessoas com deficiência auditiva**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1769, de 18 de dezembro de 2017**. Disciplina a aplicação da isenção de IPI e IOF na aquisição de veículos por pessoas com deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.

CASTAN, J. C.; JUNGES, J. R.; CUNEGATTO, C. Potência do agir na saúde ampliada. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 2, p. 1011-1022, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 007/2003**. Brasília, 2003. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 31, de 15 de dezembro de 2022**. Resolução do Exercício Profissional Nº 31/2022 do Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-31-2022-estabelece-diretrizes-para-a-realizacao-de-avaliacao-psicologica-no-exercicio-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-regulamenta-o-sistema-de-avaliacao-de-testes-psicologicos-satepsi-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-09-2018?origin=instituicao#. Acesso em: 06 maio 2025

DALL'AGNOL, C. M.; CASTAN, J. C.; NARVAEZ, J. C. M. A atuação do psicólogo residente em um ambulatório de avaliação neuropsicológica. **Revista da SBPH**, v. 21, n. 2, p. 334-353, 2020.

DUARTE, T. D.; SANTOS, L. S.; MADEIRA, L. C.; LAZZARI, C. R.; LASTA, R. L. R. Avaliação Neuropsicológica Infantil: um relato de experiência. **Contextos Clínicos**, v. 7, n. 2, p. 223-231, 2014.

FONSECA, R. P.; SALLES, J. F.; PARENTE, M. A. M. P. (org.). **Instrumento de avaliação neuropsicológica breve – Neupsilin**. São Paulo: Vetor, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **I Encontro Nacional do FORPROEX**. Brasília, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GONÇALVES, C. L. C. **Supervisão de estágio em Psicologia escolar: Perspectiva e atuação de supervisores**. 2000. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2000.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M. (Org.). **Psicometria**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

LOPES, S. R. A.; AMORIM, S. F. **Avaliação psicológica no hospital geral: a prática da psicologia hospitalar na Santa Casa de São Paulo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LOSAPIO, M. F.; PONDÉ, M. P. Tradução para o português da escala M-CHAT para rastreamento precoce de autismo. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 30, n. 3, p. 221–229, 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-81082008000400011.

MATTOS, P. et al. Apresentação de uma versão em português do MTA-SNAP-IV. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 28, n. 3, p. 290–297, 2006.

MIRANDA, M. C.; TARASCONI, C. V. C.; SCORTEGAGNA, S. A. A avaliação psicológica no contexto hospitalar. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 5, n. 1, p. 13-20, 2003.

NOGUEIRA, M. D. P. **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária: rumos e perspectivas. **Revista de Extensão**, v. 5, n. 1, p. 8-19, 2005.

OLIVEIRA, C.; RIGONI, M. S. **Figuras Complexas de Rey: avaliação da percepção visual e da memória**. São Paulo: Vetor, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). (2015). **Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: Nações Unidas. (Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10. ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

ORTIGUES, Marie-Cécile; ORTIGUES, Edmond. **Como se decide uma psicoterapia para a criança?** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PEREIRA, A.; RIESGO, R. S.; WAGNER, M. B. Autismo infantil: tradução e validação da Childhood Autism Rating Scale para uso no Brasil. **Jornal de Pediatria**, v. 84, n. 6, p. 487–494, 2008.

PRIMI, R. Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. spe, p. 25–35, 2010.

SILVA, M. A.; BANDEIRA, D. R. A entrevista de anamnese. In: HUTZ, C. S. et al. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SCHNEIDER, A. M. DE A. et al. Planejamento do Processo de Avaliação Psicológica: Implicações para a Prática e para a Formação. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 40, 2020.

STEIN, L. M.; GIACOMONI, C. H.; FONSECA, R. P. **TDE-II: Teste de Desempenho Escolar**. São Paulo: Vetor, 2019.

STENZEL, G. Q. de L.; PARANHOS, M. E.; FERREIRA, V. R. T. **A psicologia no cenário hospitalar: encontros possíveis**. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

STOUT, C. E.; COOK, L. P. New areas for psychological assessment in general health care settings: what to do today to prepare for tomorrow. **Journal of clinical psychology**, v. 55, n. 7, p. 797–812, 1999.

TARDIVO, L. S. P. C. et al. **HTP: House-Tree-Person – Técnica projetiva gráfica**. São Paulo: Vetor, 2024.

TAVARES, M. A entrevista clínica. In: CUNHA, J. A. (org.). **Psicodiagnóstico-V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TOTSIKA, V. et al. Behavior Problems at 5 Years of Age and Maternal Mental Health in Autism and Intellectual Disability. **Journal of Abnormal Child Psychology**, v. 39, n. 8, p. 1137–1147, 2011.

VAN KOLCK, O. L. **Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico**. São Paulo: EPU, 1984.

VILLEMOR-AMARAL, A. E. **As Pirâmides Coloridas de Pfister**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

WECHSLER, D. **WISC-IV – Escala Wechsler de Inteligência para Crianças**. São Paulo: Pearson, 2013.

WECHSLER, D. **WAIS-III – Escala de Inteligência Wechsler para Adultos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

WECHSLER, D. **WASI – Escala Wechsler Abreviada de Inteligência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

Recebido em: 28/06/2025
Aprovado em: 07/11/2026
Publicado em: 12/11/2026